

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Murilo Paraluppi Loureiro

**Fé e materialismo: concordâncias entre o cristianismo católico e o
marxismo**

São Carlos, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Murilo Paraluppi Loureiro

**Fé e materialismo: concordâncias entre o cristianismo católico e o
marxismo**

**Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Carlos como
requisito para a obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Sociais**

**Orientador: Prof. Dr. André Ricardo de
Souza**

São Carlos, 2025

RESUMO

Estudo de aspectos históricos da trajetória do cristianismo próprio do catolicismo romano em relação a outros ramos cristãos e a sua afinidade eletiva com o pensamento e o ativismo anticapitalista, que levou à formação de militantes marxistas orientados por valores religiosos. O trabalho discute também alguns aspectos de uma faceta cristã brasileira contemporânea, bastante identificada com o capitalismo liberal, que é o neopentecostalismo.

Palavras-chave: Cristianismo, Catolicismo romano, Anticapitalismo, Marxismo.

Faith and materialism: similarities between Catholic Christianity and Marxism

Abstract:

Study of historical aspects of the trajectory of Christianity specific to Roman Catholicism in relation to other Christian branches and its elective affinity with anti-capitalist thought and activism, which led to the formation of Marxist militants guided by religious values. The work also discusses some aspects of a contemporary Brazilian Christian facet, closely identified with liberal capitalism, which is neo-Pentecostalism.

Keywords: Christianity, Roman Catholicism, Anti-capitalism, Marxism.

SUMÁRIO:

Introdução.....	6
1- Recapitulação da história e divisões cristãs.....	8
2- Afinidades eletivas entre vertentes do cristianismo e do comunismo.....	19
3- Conclusão: A relação entre religiosidade, cristianismo, materialidade e comunismo.....	34
Referências Bibliográficas.....	37

Introdução:

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo demonstrar os conteúdos apreendidos durante o curso de ciências sociais, com ênfase em ciência política na UFSCar. Para isso, sob a orientação do professor André Ricardo de Souza do Departamento de Sociologia e reflexões sobre religião e política, foi realizado um estudo sobre o cristianismo de vertente católica romana e o materialismo marxista que se traduz: socialismo/comunismo.

Esta pesquisa teve como objetivo abordar as interações materiais e teóricas entre a teologia cristã e a prática marxista. Foram analisados principalmente os aspectos teóricos e teológicos, no caso do catolicismo, com o objetivo de indicar pontos de concordância e as afinidades eletivas entre ambas, considerando que a fé cristã e a busca de profunda transformação social não são inimigas, mas congruentes. Aliam-se não apenas para a transformação da sociedade em que se encontram, caracterizada pelo capitalismo liberal danoso à humanidade e ao planeta como um todo, algo a ser contido para não ocorrer grande destruição conduzida pelo mercado ultraliberal, pelos bancos e corporações. Por fim como as próprias alterações climáticas e desastres ambientais, que ocorrem na atualidade, causados principalmente pela exploração desenfreada e predatória do planeta através da máquina de produção e consumo capitalistas, enquanto algo que se não for contido poderá levar ao comprometimento da continuidade da existência da humanidade e da vida como ela é.

O primeiro capítulo aborda a história do cristianismo, fazendo uma breve recapitulação a partir da convocação do primeiro concílio ecumênico pelo imperador romano Constantino I, o chamado Concílio de Nicéia (ou *Nicaea* em grego) em 325. Em tal evento, foi combatida a controvérsia ariana e o cristianismo tomou uma face mais organizada, marcando o fim do chamado cristianismo primitivo. A escolha de iniciar pelo Concílio de Nicéia se deveu não apenas à incapacidade de fazer uma recapitulação desde os tempos do judaísmo antigo devido, à complexidade, mas também pela escolha de abordagem do chamado cristianismo apostólico, nome que as igrejas que traçam sua fundação e a sucessão de seus líderes, os bispos, desde os apóstolos de

Jesus Cristo, que nomearam sucessores até os dias atuais. Trata-se da chamada sucessão apostólica, que inclusive é utilizada por membros dessas igrejas para classificar protestantes e restauracionistas como não cristãos por conta da falta de sucessão apostólica dos mesmos. Sendo essas (as apostólicas) igrejas mais estruturadas, organizadas e com séculos de discussões teológicas. De todas as igrejas apostólicas foi escolhida a Igreja Católica Apostólica Romana, não apenas por questão de proximidade, dado fato de que o Brasil ainda é o maior país Católico do mundo, além de ser a denominação cristã com o maior número de fiéis no planeta segundo o Anuário Estatístico Eclesial 2022 e do Anuário Pontifício 2024. Tal escolha se deveu também ao fato de no catolicismo romano encontrarem-se, tanto grupos e teóricos conservadores e muitas vezes reacionários que combateram o socialismo, como a Opus Deo. quanto grupos que se apropriaram e adaptaram teorias e práticas socialistas e comunistas tal qual Santo Agostinho de Hipona (354 d.C /430d.C) e São Tomás de Aquino (1225-1274). Estes utilizaram e adaptaram das teorias filosóficas gregas clássicas como as de Platão e de Aristóteles, notadamente São Tomás de Aquino, que defendia a união da fé para com a razão com o intuito de “através de a razão descobrir as verdades de Deus” (paráfrase/síntese). Estes apoiaram e fizeram uso de teorias e práticas socialistas como a Teologia da Libertação (TL) e as comunidades eclesiais de base (CEB) fornecendo dados práticos para esse estudo e facilitando a discussão (Löwy, 2000).

O segundo capítulo discute as concordâncias e discordâncias entre a teoria e prática católica romana com os fundamentos do marxismo-leninismo considerando-se que são intercambiáveis. Foram explicadas e discutidas as similaridades que ambos possuem, assim como suas diferenças de modo a pontuar que apesar de discordâncias pontuais, a fé cristã e a teoria marxista não são mutuamente excludentes, nem adversários irreconciliáveis, mas sim congruentes. Não apenas podem como devem se reconciliar de forma a garantir sua sobrevivência contra um inimigo comum, tendo muito mais chances de sucesso se trabalhadas em conjunto do que separadamente ou como oponentes.

Por fim o terceiro capítulo contém conclusões apresentando a continuidade da existência da fé cristã em congruência com a busca de uma transformação profunda na sociedade, combinando liberdade religiosa, equilíbrio ambiental, igualdade sócio-econômica e o surgimento de uma sociedade verdadeiramente democrática.

1- Recapitulação da história de divisões cristãs

É impossível estudar a longa e complexa história do cristianismo, mesmo uma de suas ramificações como a católica romana em apenas um único trabalho. Por conta disso será estudado apenas o período posterior ao Concílio de Nicéia, em 325, onde o cristianismo tomou parte de sua forma como atualmente se conhece e onde a documentação se torna mais abundante. Mais adiante serão brevemente explicadas as principais cismas, que levaram a divisões dentro da igreja. Trata-se da separação da Igreja Assíria do Oriente (que será abreviada para IAO), as Igrejas Ortodoxas Orientais (IOO) e as Igrejas Ortodoxas Bizantinas (abreviada para IOB). Para as cismas com os assírios e com os orientais serão utilizados os concílios ecumênicos aos quais eles se recusaram a assinar (Éfeso e Calcedônia respectivamente) para explicar o contexto de ambos, quanto os Ortodoxos Bizantinos, será estudado o contexto político e as discussões teológicas de modo a estudar sua separação e será passado brevemente pela reforma protestante e pelos concílios Vaticano I e com grande foco no concílio Vaticano II, onde as reformas ali feitas foram de fundamental importância para o surgimento e colaboração entre católicos e militantes de esquerda.

A escolha por fazer uma recapitulação geral e deverás longa da história do cristianismo apostólico, antes de abordar, comparar e discutir suas doutrinas para com a prática marxista serve não apenas para fazer uma recapitulação histórica, mas também para demonstrar que a igreja está sujeita a transformações e modernizações ocorridas em virtude do passar do tempo e que a mesma pode e foi influenciada pelo meio em que se encontrava e por filosofias que aparentavam ser contrárias à mesma, mas que foram encontrados meios de adaptá-las a sua própria realidade, provando que o mesmo pode ser feito nos dias atuais com a teoria marxista. Essas transformações podem ter mudado a aparência e a organização da igreja, porém, não seus dogmas, o objetivo de provar que a fé cristã, sobretudo a católica romana, é compatível com os ideais do marxismo não é para alterar as crenças e dogmas milenares da igreja, mas sim provar que ela pôde colaborar com práticas e teorias do tempo em questão para seu próprio benefício e que o mesmo pode e deve ser feito novamente. A recapitulação da história da igreja a partir

dos primeiros concílios ecumênicos e das divisões e cismas causadas servem justamente para evidenciar este ponto.

O concílio de Nicéia foi convocado em 325 d.C. pelo imperador Constantino I, o primeiro imperador romano a se converter à fé cristã (embora somente em seu leito de morte tenha sido batizada, como forma de garantir que sua entrada no além divino fosse feita após seus pecados terem sido lavados pela água batismal). A convocação do concílio por Constantino I se deve em parte ao objetivo do imperador de uniformizar a prática da fé cristã em seus domínios, garantindo a união religiosa do Império Romano que já estava sofrendo uma grande troca demográfica causada pela substituição do paganismo romano e do culto imperial pelo tsunami de conversões para o cristianismo da população, impedindo uma divisão religiosa causada pela controvérsia ariana, que poderia resultar em confrontos e na quebra da frágil paz que reinava sobre o império naqueles tempos. Vale ressaltar que o próprio Constantino havia sido nomeado imperador sobre uma tetrarquia em que o mesmo havia derrubado os outros co-imperadores e usurpadores.

Esses foram os objetivos seculares para a convocação do concílio, o motivo puramente religioso era para criar um consenso sobre a natureza divina de Cristo e conseqüentemente combater a controvérsia ariana, doutrina pregada por Ário de Alexandria (256/336), que negava a divindade de Cristo e o categorizava como uma criação de Deus Pai (a primeira e maior criação de todas). Com a derrota e a condenação de Ário, ele e seus seguidores foram condenados e classificados como hereges. A controvérsia ariana foi temporariamente derrotada, embora tenha continuado a existir em regiões isoladas e fronteiriças do império onde, segundo alguns estudiosos, foram os arianos que teriam entrado em contato com Maomé e influenciado a visão de Cristo do mesmo, pois para o Islã Jesus (chamado de *Eesa*, ou Isa pelos mesmos) não é Deus, mas sim o profeta predecessor de Maomé. O arianismo “clássico” não existe mais na igreja, mas seus ensinamentos e teologia continuam existindo atualmente (aos menos parcialmente) nas Testemunhas de Jeová (TJ) e em outras “igrejas” restauracionistas, onde para as TJ Jesus seria o arcanjo Miguel, ou seja, uma criação de Deus Pai, que teria tomado a forma de homem, ou seja, Jesus ao vir para a Terra. Também durante o Concílio de Nicéia ocorreu a organização da estrutura do corpo da igreja como episcopal, isto é, uma forma de governança eclesiástica baseada na autoridade dos

bispos. Estes seguiriam a sucessão apostólica, ou seja, um bispo seria nomeado por outro bispo, que o sucedeu e este também teria seguido o mesmo processo, traçando a nomeação e sucessão de bispos até os bispos que teriam sido nomeado e conseqüentemente sucedido os apóstolos, dando validade, legitimidade e organização à liderança da igreja. Assim como a forma de admissão de pessoas ao clero, incluindo a nomeação de bispos, práticas de excomunhão e readmissão, administração episcopal para territórios, subordinação aos patriarcas (na época eram quatro, não cinco, também é destacado que Jerusalém e Bizâncio/Constantinopla não eram considerados patriarcados) e a primazia de Pedro, o bispo de Roma, patriarca do ocidente, o papa (título esse compartilhado com os patriarcas de Alexandria, tanto o grego, membro da ortodoxia bizantina, quanto o copta, membro da ortodoxia oriental, ambos somente em nome) “o primeiro entre iguais” e também a delimitação da celebração da Páscoa cristã.

Em 431 d.C. foi realizado um novo concílio ecumênico pelas igrejas cristãs, agora chamadas também de católicas, do grego universal. O concílio, realizado na cidade de Éfeso, foi convocado pelos co-imperadores romanos Teodósio II e Valentiniano III e em comum acordo com o papa de Roma Celestino I. A convocação ocorreu em virtude da condenação e a conseqüente comoção causada pela condenação de Nestório (386/451), arcebispo de Constantinopla e por sua cristologia, isto é, o estudo sobre Cristo e sua natureza, errônea e que posteriormente foi tipificado como herética. Nestório foi condenado por separar em demasiado as duas naturezas de Cristo, como evidenciado nas cartas e correspondências trocadas entre ele e São Cirilo de Alexandria (375 ou 378/444).

Nestório afirmava a total separação das duas naturezas de Cristo (o divino e o humano). Para ele e os seguidores de sua cristologia quando Jesus realizava atividades comuns a todos os outros humanos seria apenas sua natureza humana que a fazia e quando o mesmo realizava coisas consideradas sobre-humanas (milagres, curas e a própria ressurreição) era a natureza divina a fazendo. Segundo Nestório, Maria era mãe apenas da natureza humana de Cristo e não da natureza divina, pois a natureza divina é eterna e anterior a Maria, estando parcialmente correto, portanto rejeitando que Maria fosse chamada de mãe de Deus (*Theotokos*), podendo ser chamada de mãe de Jesus ou mãe de Cristo (que seriam a união de ambas as naturezas). Com isso Nestório também negava a afirmação de que Deus morreu na cruz, pois a natureza divina é imortal e

eterna (estando novamente parcialmente correto nesse ponto) para ele podia ser dito que Jesus morreu na cruz (natureza humana) ou que Cristo morreu na cruz (união das naturezas). Seguem as palavras do próprio Nestório afirmando o que foi dito anteriormente:

Novamente, eu gostaria de expandir isso, mas sou contido pela memória da minha promessa. Eu devo falar, portanto, com brevidade. A Sagrada Escritura, onde quer que se lembre da economia do Senhor, fala do nascimento e do sofrimento não da divindade, mas da humanidade de Cristo, de modo que a virgem sagrada é mais precisamente chamada mãe de Cristo do que a mãe de Deus. Ouça estas palavras que os evangelhos proclamam: “O livro da geração de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão”. É claro que Deus, a Palavra, não era filho de Davi. Ouça a outra testemunha se quiser: “Jacó gerou a José, o marido de Maria, de quem nasceu Jesus, que é chamado de Cristo. “Considere uma nova evidência:” Ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: Que estando Maria, sua mãe, desposada com José, antes de se juntarem, achou-se ter concebido do Espírito Santo”, Mas quem jamais consideraria que a divindade do unigênito era uma criatura do Espírito? Por que precisamos mencionar: “a mãe de Jesus estava lá”? E, mais uma vez, o que dizer: “com Maria, a mãe de Jesus”; ou “o que é concebido nela é do Espírito Santo”; e “Pegue a criança e sua mãe e fuja para o Egito”; e “a respeito de seu Filho, que nasceu da semente de Davi segundo a carne”? Mais uma vez, a Escritura diz quando fala de sua paixão: “Deus enviando seu próprio Filho à semelhança da carne pecadora e do pecado, condenou o pecado na carne”; e novamente “Cristo morreu por nossos pecados” e “Cristo tendo sofrido em carne”; e “Isto é”, não “minha divindade”, mas “meu corpo, destruído por você (ALEXANDRIA, Nestório de: Segunda Carta de Nestório a Cirilo de Alexandria).

O erro apontado por São Cirilo de Alexandria e que foi ratificado por quase todos os outros conciliares era de separar em demasiado as naturezas de Cristo. Nestório acabava acidentalmente negando a própria essência da ortodoxia cristã, segundo a qual ele seria o próprio Deus que se fez carne e viveu entre a sua criação para redimi-la de seus pecados e para isso tornou-se o último de todos os sacrifícios (em referenciais aos sacrifícios e holocaustos realizados pelos judeus no templo de Salomão) morreu na cruz e ressuscitou para redimir a humanidade de seus pecados.

Ao final do concílio, Nestório foi condenado à excomunhão e posteriormente exilado nas regiões fronteiriças do império onde ele e seus correligionários viveram. Porém, o resultado não foi aceito por todos e alguns conciliares se recusaram a ratificar o concílio. Estes foram os membros que hoje correspondem a Igreja Assíria do Oriente (IAO), que estava afastada dos centros do império e prosperaram na região onde atualmente se localizam Síria, Iraque, Turquia e Jordânia. Seus membros alegam que Nestório foi injustamente condenado e difamado por seus adversários devido questões de política e poder e que sua cristologia não era herética, pois o mesmo teria afirmado a união das naturezas na morte e ressurreição e que o mesmo também defendia Maria como Mãe de Deus, (*Theotokos*). Atualmente diálogos ecumênicos tentam curar as feridas da cisma, tanto que os assírios não são mais condenados como hereges por conta de suas divergências.

A segunda grande divisão no cristianismo ocorreu em 451 na cidade romana oriental de Calcedônia, atual *Kadıköy* na Turquia. Este foi o quarto concílio ecumênico (envolvendo todas as igrejas católicas, nesse tempo sem a presença da IAO). Foi convocado pelo imperador romano do oriente Marciano com o intuito de resolver, de uma vez, as divergências sobre a natureza de Cristo, reafirmando o as resoluções do Concílio de Éfeso e contendo as crescentes animosidades entre as sés de Alexandria e Antioquia, causadas por cristologias antagônicas.

As divisões cristológicas surgiram em respostas ao nestorianismo, que fora condenado no Concílio de Éfeso. Essas cristologias eram o completo oposto da doutrina nestoriana. Ambas as doutrinas abordavam a natureza de Jesus Cristo, sendo eles o monofisismo e o miafisismo. O monofisismo defendia que Jesus possuía apenas uma natureza, a divina, não portando uma natureza humana, era dividido em duas escolas de pensamento: o eutiquianismo, onde as naturezas de Cristo eram tão misturadas que ele não seria totalmente humano e nem totalmente divino e o apolinarismo onde Jesus Cristo tinha um corpo humano, mas uma mente divina, sendo então uma justaposição e não uma união. Já o miafisismo defendia que Jesus possuía uma única natureza, que seria totalmente humana e totalmente divina.

Ambas as doutrinas surgiram em regiões afastadas do Império Romano (Armênia; Egito; Síria e a Etiópia que sequer compunha o império), que, nesse período,

estava em franca decadência e teria o fim de sua parte ocidental em 476 d.C. Eram regiões essas com sérias dificuldades de comunicação com os grandes centros, o que definitivamente influenciou seu desenvolvimento teológico distinto, o mesmo pode ser dito para os Assírios e seu nestorianismo.

O monofisismo foi condenado pelo concílio em Calcedônia por motivos semelhantes ao nestorianismo, pois ao afirmar que Jesus Cristo nunca se fez verdadeiramente humano o monofisismo incorreu no mesmo erro de seus opositores, que foi negar os princípios básicos do cristianismo de que Deus teria se feito homem e habitado entre os mesmos para, no fim, morrer e ressuscitar redimindo a humanidade de seus pecados. Segue a declaração do Concílio de Calcedônia que novamente condenou o nestorianismo e condenou o monofisismo e o miafisismo, sendo equiparado ao mesmo:

Todos nós, com voz uníssona, ensinamos a fé num só e mesmo Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, sendo o mesmo perfeito na divindade e o mesmo perfeito na humanidade, o mesmo verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, com alma racional e com corpo, da mesma substância do Pai quanto à divindade e quanto à humanidade da mesma substância que nós, em tudo semelhante a nós menos no pecado; o mesmo que desde a eternidade é procedente do Pai por geração quanto à divindade e o mesmo que quanto à humanidade nos últimos tempos foi gerado pela Virgem Maria, Mãe de Deus, por nós e nossa salvação; sendo um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que nós reconhecemos com o existente em duas naturezas, sem confusão, sem mutação e sem divisão, sendo que a diversidade das naturezas nunca foi eliminada pela união, ao contrário, a propriedade de cada uma das naturezas ficou intata e ambas se encontram em uma só pessoa e uma só hipóstase. O Filho não foi dividido ou separado em duas pessoas, mas é um só e o mesmo a quem chamamos de Filho, Unigênito, Deus, Verbo, Senhor, Jesus Cristo, como desde o início a respeito dele falaram os profetas e o próprio Jesus Cristo nos ensinou e como nos foi transmitido pela doutrina dos padres (DECLARAÇÃO DE FÉ CALCEDÔNIA).

O miafisismo foi classificado pelo concílio como uma forma de monofisismo e, portanto, foi condenado como uma heresia oriental. Cabe lembrar que os concílios de Éfeso e Calcedônia surgiram em resposta a teologias surgidas nos rincões do decadente

Império Romano, regiões estas afastadas, esquecidas e, durante muito tempo, negligenciadas pelo governo romano, tanto no ocidente quanto no oriente. O miafisismo foi aceito e defendido no concílio pelas igrejas orientais: Armênia, Síria, parte da igreja egípcia, hoje, Igreja Copta e da Etiópia. Foi defendida pelas mesmas a diferença do miafisismo do monofisismo, pois ao contrário do mesmo o miafisismo reafirmava que Cristo possui sim uma única natureza, porém, essa natureza é totalmente humana e totalmente divina, enquanto a doutrina de fé adotada pelas igrejas calcedônias é de que Jesus Cristo possui duas naturezas, uma totalmente humana e outra totalmente divina. Os não calcedônios, inclusive, consideram a doutrina calcedônia como uma forma de nestorianismo por separar as naturezas de Cristo, embora muitos estudiosos e leigos considerassem que a diferença entre o credo calcedônio e o não calcedônios seria mais uma questão de semântica ou lingüística do que uma verdadeira diferença teológica, tanto que muito do diálogo ecumênico feito atualmente é baseado nessa questão, dialogo esse que é mais realizado com os ortodoxos bizantinos do que com a Igreja Romana. Já para com a Igreja Assíria esse diálogo é quase inexistente por conta do nestorianismo dos mesmos. É importante lembrar que foi o concílio em Calcedônia que declarou as igrejas de Constantinopla e Jerusalém como Patriarcados e a sé em Constantinopla foi reconhecida com as mesmas prerrogativas da sé Romana, sendo a segunda sobre autoridade em questões eclesiais, atrás apenas de Roma. Essa posição de Constantinopla acabou se tornando um dos pontos de discussão que levaram ao grande cisma de 1054.

A derradeira e última grande divisão no cristianismo apostólico foi o Grande Cisma Leste/Oeste de 1054, dado o fato de que o protestantismo não é considerado apostólico por conta da falta de sucessão apostólica do mesmo. A cisma foi causada por motivos políticos, geográficos e teológicos, embora o motivo teológico não tenha sido o principal ponto de discórdia no momento do cisma ele se tornou com o passar dos anos (e ainda atualmente) um ponto de discórdia.

A cisma não foi um processo curto que ocorreu rapidamente e causou a maior divisão da história do cristianismo. Foi um processo lento, muito influenciado por razões políticas e socioculturais que levaram ao distanciamento e, por fim, às excomunhões mútuas em 1054. Com o crepúsculo da antiguidade e o alvorecer de Idade Média, a Europa e a Ásia passaram por grandes transformações, a queda do Império

Romano do Ocidente em 476 elevou Constantinopla em importância não somente em aspectos políticos, já que a mesma não tinha mais que dividir o trono romano com o Ocidente e, portanto seu governante se tornou a única autoridade imperial restante, mas também religioso dado fato que na cidade se encontrava a segunda sé em autoridade, como foi declarado no Concílio de Calcedônia, com isso a importância e influência do oriente grego cresciam cada vez mais sobre a cristandade. Apesar da queda do império a Igreja Romana sobreviveu, sendo a única instituição a sobreviver ao mesmo e agora estava forçada a sobreviver numa Europa dividida em vários reinos formados a partir dos espólios do império ocidental, levando-a agir como mediadora de conflitos seculares e a agir como um governo secular propriamente dito e como autoridade religiosa igualmente. Essa fusão da igreja com o Estado (no caso os reinos, condados, principados, ducados etc.) foi um fator de forte influência para a corrupção que assolou a instituição, principalmente na transição da alta Idade Média para a baixa Idade Média e durante o início da Idade Moderna.

Vale ressaltar que o fim do império ocidental levou a um aumento crescente na distância cultural e linguística entre as sé de Roma e Constantinopla, pois ambas não apenas representavam uma região, mas um povo distinto, latinos e gregos. O distanciamento cultural e geográfico de ambas as sé influenciou seu desenvolvimento, o meio moldou as igrejas e suas doutrinas. Enquanto no oeste se falava latim, os sacerdotes eram majoritariamente celibatários, se utilizava de ritos latinos (no período anterior ao Concílio de Trento que unificou os ritos ocidentais no rito tridentino) e onde houve o desenvolvimento da escolástica, que se utilizava da razão e da ciência para estudar Deus, fazer a teologia, a igreja assumiu funções de caráter secular e governamental, servindo muito como mediadora e também como governante, dada a divisão política da Europa centro-ocidental. No Leste se falava grego, a teologia era estudada de maneira semelhante aos antigos cristãos, muito baseados no misticismo e experimentação da fé, não como uma ciência organizada. O celibato era opcional, seguia-se a uma variedade de ritos orientais, a autoridade da igreja era muito mais descentralizada e a sé não administrava funções seculares, dada sua subordinação e muitas vezes utilização pelos imperadores romanos orientais. Essas diferenças influenciaram a maneira de agir de ambas as sé, onde no oriente a governança da igreja era feita de maneira colegial, as decisões seriam feitas em colegiados onde os bispos e

patriarcas tomariam as decisões em conjunto, ainda que Constantinopla tivesse a primazia, sobretudo no período pós cisma. O Ocidente funcionava de maneira monárquica e altamente hierárquica onde o patriarca de Roma, o papa tinha a palavra final sobre todas as decisões, baseando-se na primazia de Pedro, tanto antes, quanto depois da cisma, onde das 24 igrejas *sui iuris* que compõe a Igreja Católica pós cisma, desta uma ocidental, a romana que possui 99% (fonte) dos fiéis atualmente e 23 igrejas orientais, muitas das quais cismaram em 1054 e retornaram à comunhão com Roma.

As diferenças culturais e administrativas entre Roma e Constantinopla foram os principais catalisadores políticos da cisma, vide que a maneira organizada e rígida do Oeste se encontrava com uma quase confederação (utilizando de termos contemporâneos) de igrejas subordinadas ao império oriental. Isto fez com que as divisões fossem se acentuando com o tempo, onde o oriente passou a questionar a autoridade do ocidente e o mesmo a religiosidade do Oriente, pois vem do ocidente a grande diferença teológica entre ambas, o *filioque*, do grego “Do Filho”.

A controvérsia do filioque é mais causada pela maneira pela qual foi introduzida do que pela mudança em si, ao menos inicialmente, dado que, nos dias atuais, a questão teológica passou por um ganho de importância e somado aos 971 anos de separação e o desenvolvimento de teologias distintas se tornou o grande obstáculo para a cura da cisma, que em 2054 completará um milênio. Como a própria tradução do grego diz filioque significa literalmente “do Filho”, sendo uma doutrina que defende que o Espírito Santo procede tanto de Deus Pai, quanto de Deus Filho, ou seja, vindo também de Jesus Cristo. O termo foi adicionado ao Credo Niceno no século 6.d.C. pela igreja do ocidente devido a diversos motivos, os dois principais foram como forma de combater a controvérsia ariana, um fantasma do cristianismo primitivo e que fora a força motriz para a convocação do primeiro concílio ecumênico. O arianismo ainda era forte e necessitava ser combatido, portanto adicionar uma doutrina que era mais detalhada como forma de demonstrar a igualdade das três pessoas da Trindade Santa e mostrar a plena comunhão de Cristo com o Espírito Santo. Outro grande motivo para a inclusão do filioque foi o próprio desenvolvimento teológico do Oeste, muito influenciado por Santo Agostinho de Hípona (354.d.C – 430.d.C) e no pós cisma por São Tomás de Aquino (1225.d.C-1274. d.C). Resultaram no desenvolvimento da escolástica onde a religião passou a ser estudada com rigor científico e outras áreas da ciência e do

mundo, pois passou a ser entendido que para entender e conhecer Deus seria necessário conhecer e estudar a fundo sua obra, ou seja, ao mundo e seus fenômenos. Muito devido a essa busca por conhecer e explicar os aspectos de Deus e sua criação que a necessidade de demonstrar e explicar levou a inclusão do filioque ao credo, pois assim explicava a procedência do Espírito Santo e o funcionamento da Trindade.

A doutrina do filioque foi aceita no Ocidente e reafirmada em diversos concílios posteriores, como o de Florença (1431/1439) e o de Trento (1545/1563), porém, sempre foi rechaçada e rejeitada no Oriente desde sua concepção. A teologia ortodoxa bizantina, muito mais focada no misticismo cristão, não via necessidade e comprovação do filioque, sua inclusão no credo foi considerada inválida e a doutrina caracterizada como herética. Os orientais defendiam que nenhuma alteração poderia ser feita no credo, e que qualquer inclusão somente poderia ser feita através de outro concílio e que também o papa de Roma não tinha autoridade suprema para fazer alterações conforme a sua vontade e nem autoridade sobre o Oriente, ao que foi rebatido por Roma, dizendo que não apenas o papa tinha essa autoridade, como também a inclusão é válida, pois embora não estivesse incluída textualmente no credo, estava presente em substância e a inclusão no credo seria um esclarecimento do que já estava presente. A questão ainda é muito complexa e foi brevemente resumida para que fosse possível abordá-la neste trabalho, afinal de contas essa doutrina está sendo discutida a mais de mil anos e ainda não se chegou a um consenso sobre isso.

A soma dos distanciamentos políticos, culturais, geográficos levou à produção de teologias distintas no Oeste e no Leste. Essas teologias somadas aos fatores anteriores e a desavenças e intrigas entre o patriarca de Constantinopla Miguel I Cerulário (patriarcado de 1043 até 1059), o papa de Roma São Leão IX (papado de 1049 até 1054) e os legados papais enviados até Constantinopla. Vale lembrar que essas intrigas foram em muito causadas inicialmente por questões sacramentais, o Ocidente utilizava pão ázimo (sem fermento) na comunhão e o Oriente pão fermentado; e depois por más traduções, desavenças mútuas, o fato da arrogância e violência que os legados trataram o patriarca e seu clero, junto ao azar do papa Leão IX ter morrido pouco antes da chegada dos legados à capital imperial, impedindo assim qualquer correção à atitude dos mesmos e somados aos fatores, ditos anteriormente, levou às excomunhões mútuas entre Roma e Constantinopla, que foi seguida por Jerusalém, Antioquia e Alexandria

resultando na grande cisma do oriente em 1054. Houve tentativas de curar a cisma nesses quase mil anos, a maioria no período antecessor ao concílio católico romano de Trento (1545-1563), mas todas sem sucesso. Somada a questões políticas, além de guerras e massacres promovidos por ambos os lados posteriormente, a cisma como o Massacre dos Latinos de Constantinopla em 1182 e a Quarta Cruzada em 1204 selaram a cisma até os dias atuais, embora o recente diálogo ecumênico tenha sido capaz de restaurar o diálogo e anular as excomunhões mútuas uma reunificação ainda é distante, pois ambas as sées enfrentam problemas internos e externos.

2- Afinidades eletivas entre vertentes do cristianismo e do comunismo

O primeiro capítulo desse trabalho recontou a história do cristianismo apostólico, passando por seus principais concílios e cismas. Isso foi feito para demonstrar que o momento histórico e a materialidade foram capazes de influenciar o rumo da igreja e de muitas de suas doutrinas. Este capítulo tem como objetivo provar que o mesmo pode ser feito com a teoria e prática marxista para o fim de ganhos mútuos entre a igreja e os partidos e movimentos comunistas mundiais, sobretudo nos países de forte influência e tradição católica. Não é objetivo com este trabalho alterar os dogmas católicos, evidentemente, transmutando-os em algo novo e heterodoxo, nem negar as origens seculares e de luta pelo fim do capitalismo e desenvolvimento do comunismo em uma doutrina e movimento religioso. A razão deste capítulo é elucidar que ambos os movimentos possuem similaridades e objetivos em comum e que podem trabalhar juntos de forma a mudar a sociedade e o meio ao seu redor, sobreviver à máquina de destruição capitalista e prosperar sem que ambas acabem descaracterizadas e alteradas.

É frequentemente discutido que o assunto comunismo e religião sejam incompatíveis e que notadamente o cristianismo seja um inimigo irreconciliável do marxismo e o contrário também seria uma verdade. Não é sem nenhum fundamento que isso vem sendo dito desde 1848 quando o “Manifesto do Partido Comunista” foi escrito e publicado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), conforme destaca Luiz Francisco de Souza (2003). O Manifesto um livro que serviria de introdução e explicação da ideologia socialista/comunista, de simples leitura e entendimento. O livro foi publicado por dois autores ateus, defende uma visão de mundo materialista e, prega um rompimento com o velho mundo, isto é, o mundo feudal e principalmente o mundo da burguesia e do capitalismo. Defende que a velha ordem governante seja substituída por meio de uma revolução socialista, que encerraria o domínio do capitalismo e pavimentaria o caminho para o comunismo, sendo o socialismo o período de transição entre a sociedade e modo de produção capitalista (junto aos resquícios do modo de produção feudal e da aristocracia que foram absorvidos pela burguesia) para o modo de produção e sociedade comunista. Claro que o marxismo não é apenas isso que foi escrito, sendo muito mais complexo e também

com linhas de pensamento que foram sendo desenvolvidas com o passar do tempo e principalmente com as experiências do socialismo real nos séculos XX e XXI, sendo impossível abordar tudo em apenas um trabalho, embora se diga que o tema das linhas do marxismo retornará posteriormente para se discutir a compatibilidade da maioria delas com o catolicismo.

O primeiro ponto que leva as pessoas a acreditarem que o cristianismo, e também toda a religiosidade, são contrárias à teoria socialista é a frase “a religião é o ópio do povo” (Marx, 1976, p. 151) que aparece no texto “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” escrito em 1843. Nele é considerada a ruptura decisiva do autor com o hegelianismo de esquerda e o ponto de virada para a formulação da teoria própria de Marx (dividida com Engels, contudo este ofusca sua contribuição pessoal em prol da difusão do marxismo). Leigos (no sentido literal da palavra, pessoas sem o conhecimento específico no tema) e religiosos comprometidos com a contrarrevolução citam essa frase solta e sem contexto afirmando que o comunismo defende o extermínio de toda prática religiosa, daqueles que creem e de irreligiosos que se opõem a isso, através de um ateísmo compulsório. Primeiro cabe abordar o contexto da frase. Marx, ao dizer que “a religião é o ópio do povo” não se referia a uma droga extremamente viciante e de efeito torpor, mas a algo que, no período de escrita do texto era considerado um remédio anestésico e como substância recreativa para alívio, relaxamento e sonífero, somente adquirindo o significado negativo da atualidade com o passar do tempo, portanto Marx não comparou a religião a uma droga, mas sim a um anestésico. Ele considerava a religião como um anestésico, uma forma de escapar do sofrimento mundano projetando no sobrenatural um mundo livre das angústias e sofrimentos causados pela materialidade, e também uma forma de protesto contra sua realidade, nas palavras do autor “A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisa embrutecidos” (MARX, 1976)

Cabe ressaltar que Marx não é um defensor da religião, tendo sido ele mesmo um ateu que viu seu pai, um judeu, ser forçado a se converter ao protestantismo para poder exercer sua profissão de advogado na Prússia, o que pode ter influenciado a visão do filho sobre religião. A crítica de Marx a religião consiste na interpretação de que ela é utilizada pelas classes dominantes para a alienação do proletariado. O homem ansiaria

pela salvação no mundo imaterial, sendo que o mesmo ficaria preso na busca por outro mundo em vez de lutar para melhorar o que é concreto, a realidade (lembrando-se que este trabalho não será discutido a veracidade de nenhuma religião e da irreligião). Claro que Marx, e posteriormente Engels também, por ambos serem irreligiosos, não trabalham com a possibilidade da religião, independente de qual seja. Eles lidam, portanto com a religião enquanto uma fabricação, “O homem faz a religião, a religião não faz o homem”, e esta é utilizada para manter o véu de alienação da classe trabalhadora. Marx defende que esse véu seja retirado para que seja exposta a verdade à classe trabalhadora, de modo a romper suas correntes e iniciar a revolução, e não o simples extermínio da fé como é pregado por aqueles que se apegaram a ordem capitalista. Em referência a religiosos, que, em vez de se preocuparem com questões teológicas bradam as multidões em defesa da ordem vigente. Se Marx, em algum momento, pensou que sua teoria poderia ser utilizada por religiosos (no caso abordamos os católicos), para a defesa da fé e para o trabalho conjunto da mesma com os socialistas não há como saber, mas com o avançar da história isso foi discutido por diversos autores, marxistas e não marxistas, e que também seria posto em prática em alguns segmentos religiosos. Fundamentalmente o cristianismo da libertação (Löwy, 2000).

Considerada a visão do principal autor do marxismo sobre a religião, onde a mesma seria uma válvula de escape da sofrível realidade e ao mesmo tempo um instrumento das classes dominantes para a alienação das classes dominadas partimos para a visão do socialismo real e dos políticos e teóricos que desenvolveram as linhas do marxismo nos séculos XIX e XX.

A fama de carrascos da fé que os socialistas têm não é totalmente propaganda. Claro que a maioria é pura propaganda e exagero de versões, fabricado pelas potências capitalistas para assustar e instrumentalizar populações religiosas, mas, de fato, as práticas religiosas foram desestimuladas em muitos dos estados socialistas. A principal figura da mesma, a Igreja Ortodoxa Russa (IOR) na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que foi e ainda é muito utilizada para defender que a revolução é a maior inimiga da cristandade, porém isso não ocorreu por conta de um ateísmo militante e fanático dos bolcheviques, e sim por conta do contexto histórico e da ação da própria instituição IOR. No Império Russo a IOR era praticamente uma instituição do Estado, servindo como a maior fonte de influência cultural e defensora ideológica do czarismo,

concedendo direito divino aos czares, servindo como instrumento de doutrinação para os povos conquistados do império notadamente na Ásia Central, além de ter sido a maior proprietária de terras e servos de todo o império, enquanto dona de diversos privilégios como isenção de impostos. Por esses motivos a IOR foi à maior defensora dos Romanov durante a guerra civil e a principal opositora dos revolucionários. Isso se mantém até os dias atuais sendo a IOR a principal aliada do governo de Vladimir Putin prosseguindo tendo em suas fileiras alguns dos maiores defensores da restauração da monarquia e dos Romanov ao trono.

Devido ao fato de que na Rússia era impossível viver em sociedade sem cruzar caminhos com a IOR, ela estava presente em todos os aspectos da vida e teve um importante papel para a sustentação do regime czarista por muito tempo. Muito por conta disso que quando os revolucionários assumiram o poder e venceram a guerra civil russa (1917-1923), foi entendida a necessidade de minar a influência da IOR sobre a sociedade soviética, não apenas por questões marxistas. Isso resultou no confisco de terras, propriedades e bens da igreja, prisão e/ou condenação a morte de religiosos que se aliaram ao Exército Branco e às potências estrangeiras, e que se mantiveram contrarrevolucionários, em busca da remoção do controle que a IOR mantinha de todo o sistema educacional russo e a separação total da igreja em relação ao estado. Claro, é fato que a irreligião foi promovida pelo Estado soviético em maior ou menor grau, ao longo dos quase cem anos de URSS. O governo de Stalin (1922-1952) como secretário geral do Partido Comunista variava entre, ora promover a irreligião ora se aliando a igreja. O período revisionista de Krushev (1953-1964) foi quando realmente ocorreram perseguições religiosas. Saindo da URSS a República Socialista Federativa da Iugoslávia de Josip Broz Tito (1953-1980) marcado por uma visão mais aberta e cooperativista do socialismo, não perseguiu ativamente nenhuma das igrejas da Iugoslávia nem o islamismo, promovendo tolerância e liberdade de culto a ambos, embora sob vigia estatal para impedir que os conflitos étnico-nacionalistas ocorressem em virtude da conhecida animosidade étnica e religiosa dos Balcãs. Contudo, houve o contrário, tendo sido a religião realmente perseguida num regime socialista. Foi na Albânia de Enver Hoxha (1944-1985) o primeiro estado legalmente ateu do mundo. A Albânia era o único país da Europa de maioria islâmica, embora contasse com um grande contingente variado de cristãos. Em sua política isolacionista e supostamente

ortodoxa do marxismo, Hoxha criminalizou toda e qualquer prática religiosa no território albanês em 1961. Nas palavras do mesmo, “a religião dos albaneses é a Albânia” de modo resultar no fechamento de mesquitas, igrejas e sinagogas, perseguindo religiosos e clérigos em toda Albânia. Com sua morte em 1985 as perseguições diminuíram e atualmente, talvez ironicamente, a Albânia é um dos países europeus com a maior tolerância religiosa, algo que na península balcânica não é muito comum.

Como mostrado anteriormente, a relação igreja-marxismo foi muito influenciada pela linha adotada pelos revolucionários e pelo contexto histórico do momento da revolução. Também é importante ressaltar pontos de convergência do cristianismo para com o comunismo de maneira a indicar as similaridades entre ambos. Isso que será abordado no restante do capítulo, onde a partir da análise de Rosa Luxemburgo foram comparadas as semelhanças do modo de vida e pregação do cristianismo chamado primitivo e, posteriormente, com o estudo weberiano das afinidades eletivas entre ambos.

Em 1905 a economista polonesa Rosa Luksenburg, posteriormente alterado para Luxemburgo (1871-1919) foi influenciada pela crescente condenação dos comunistas, à época intitulada social-democratas, assim como pelos membros do baixo e alto clero do catolicismo romano, a religião predominante na Polônia até a atualidade. Ela, uma judia secular, escreveu *O Socialismo e as Igrejas: O comunismo dos primeiros cristãos* (Luxemburgo, 1981) como forma de combater os sermões dos padres que demonizavam o socialismo e os trabalhadores que aderiam a ele, enquanto pediam a seus fiéis, de maioria proletária, para aguardar pela bonança, fartura e salvação celeste e para agüentar calados as injustiças da vida terrena. Rosa Luxemburgo expõe a hipocrisia daqueles que se opunham aos socialistas afirmando que os apóstolos e as primeiras comunidades cristãs viviam e praticavam uma forma de comunismo primitivo. A economista polonesa deixa claro que seria impossível para os primeiros cristãos desenvolverem o comunismo contemporâneo, isto o socialismo científico, na Idade Antiga, pois se quer havia feudalismo, que dirá capitalismo, mas sim o modo de produção escravista, ou seja, era impossível ter socialismo ou comunismo moderno numa sociedade que se quer tinha chegado ao modo de produção feudal nas palavras de Rosa “Há apenas uma diferença entre Roma em sua decadência e o império dos czares;

Roma nada sabia de capitalismo” (Luxemburgo, 2015). Mas o que era exercido era uma comunhão dos bens, pois como a religião dos pobres, servos e escravos o cristianismo aglutinou um conjunto de pessoas com sérias dificuldades para sobreviver, a maneira encontrada foi o compartilhamento dos bens dos fieis em si, sendo que aqueles abastados se despojariam de sua riqueza não apenas para seguir o que foi recomendado por Jesus Cristo: “É mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus” conforme os textos bíblicos: Mateus 19: 24; Marcos 10:25 e Lucas 18:25), mas também para garantir a sobrevivência de seus irmãos menos afortunados. Essa forma ancestral do comunismo surgiu tanto como um mecanismo de sobrevivência e mitigação das adversidades quanto para imitar o divino, pois o paraíso seria o local perfeito para onde os justos iriam e, “lugar” onde não existiria propriedade ou diferenças entre os homens, onde todos viverão como uma “grande família compartilhando a tudo como irmãos”.

Rosa Luxemburgo destaca que como não havia a possibilidade de vender sua força de trabalho, o proletário romano não vivia do mesmo, mas das esmolas, sendo que não eram compartilhados entre os cristãos os meios de produção, mas sim a moeda e bens de consumo (Luxemburgo, 2015 p. 21). Portanto, esse comunismo primevo não sobreviveria em longo prazo e não permitiria um meio de revolucionar a sociedade romana, o que de fato ocorreu quando no século IV (ou III) o cristianismo não apenas deixou de ser perseguido pelo poder imperial, mas se tornou a religião do Estado, fazendo parte da estrutura de exploração. Logo as ofertas dos fiéis não eram mais voluntárias, mas compulsórias na forma do dízimo (embora o mesmo tenha voltado a ser exclusivamente voluntário na atualidade). Ironicamente o clero, sobretudo o alto clero, tornou-se aquilo que era tão combatido nos primórdios do cristianismo. Essa transfiguração pode ser vista como uma confirmação da frase “a perseguição refina a fé”, que, ao se acomodar, a igreja permitiu a entrada de oportunistas e pessoas que se utilizaram da fé para benefício próprio, sendo causa da grande corrupção e desvirtuamento que o cristianismo apostólico enfrentou na Idade Média e início da Idade Moderna, e que até hoje não foi totalmente curado.

Rosa Luxemburgo, embora nunca tenha sido cristã, conseguiu enxergar grandes similaridades entre a fé e a ação do cristianismo primitivo com a filosofia marxista num contexto histórico pré-capitalista. Isso evidencia o fato de que, não apenas existem

similaridades entre ambos, mas, no início o cristianismo era atrelado ao comunismo primevo, servindo de modelo a ser adaptado para a modernidade como se deve ser uma sociedade cristã, servindo de ponto de partida para muito do que se tornou o cristianismo da libertação. A seguir, é discutido o conceito de afinidades eletivas, segundo Weber, no qual foi mostrada a convergência do catolicismo romano com o anticapitalismo, seja reacionário, seja socialista¹.

O conceito de afinidade eletiva foi cunhado por Karl Emil Maximilian Weber (1864-1920), ou simplesmente Max Weber. O sociólogo alemão descreve afinidade eletiva como um conceito, utilizado para evitar explicações a partir de uma única causalidade. Afinidades eletivas seria um conceito usado para definir as atrações e repulsões entre ideias, grupos e instituições. Weber o utiliza para abordar a relação entre a ética religiosa calvinista e a razão econômica capitalista. Ele defende em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, publicado em (1905) que a ética e a ascese calvinista serviriam para impulsionar o desenvolvimento capitalista, Weber(2020) utiliza o conceito de afinidade eletiva para justificar que essa relação não seria fruto de uma mera causalidade, mas sim de afinidade entre ambas. Weber elabora essa tese ao perceber que na Alemanha (ainda no império dos Hohenzollern) a diminuta participação de católicos romanos na posse do capital, empresariado e na classe de trabalhadores especializados, enquanto o extremo oposto foi notado quanto em relação aos protestantes, notadamente os calvinistas. A partir dessa percepção que Weber elabora sua tese de afinidade entre o protestantismo e o capitalismo.

Primeiro é importante fazer a mesma explicação que Weber fez para entender a práxis calvinista de modo a compreender porque ela é importante na compreensão do capitalismo. João Calvino (1509/1564) foi um teólogo francês radicado em Genebra. Simpático ao protesto de Lutero, Calvino também foi excomungado por Roma. Com o tempo, sua teologia divergiu do luteranismo e se tornou uma doutrina protestante separada. O principal distanciamento em relação a Lutero foi à doutrina da predestinação. Lutero, assim como Roma e as igrejas orientais, defendia que a salvação do homem dependia da fé em Deus junto à realização de boas obras (caridade, auxílio aos necessitados, doações à igreja etc.). Contudo, Calvino, e conseqüentemente todas as

¹ Outro importante autor e político marxista que tratou do tema foi Vladimir Lenin (1984).

igrejas e seitas que derivam de sua teologia, defendem que somente a fé em Deus, *sola fides*, levaria à salvação da alma e essa já estaria dada por Deus desde sempre, ou seja, não importa o que o fiel faça em sua vida, sua salvação não depende de si, mas somente de Deus, está tudo predestinado, ou seja, a salvação não é para todos, mas sim para os escolhidos. Nessa teologia, o fiel não possui o livre arbítrio de suas ações, pois toda a sua vida e ações já foram previstas antes dele sequer existir, o que contrasta com a doutrina do livre arbítrio defendido pelos luteranos e pelos cristãos apostólicos, na qual somente Deus pode salvar, mas o homem tem o poder de escolher colaborar com o mesmo e se salvar ou renegar Deus e assim ser condenado, pois o direito à escolha e ao arbítrio é uma dádiva de Deus e a salvação está disponível a todos. Porém o ponto que fez Weber relacionar o calvinismo ao capitalismo não é a doutrina de predestinação em si, mas a maneira que o fiel tem de confirmar se ele é um escolhido.

Já que a salvação é para poucos, e é um mistério de Deus, o protestante calvinista não tem como garantir que o mesmo se encontra entre os escolhidos, contudo ele tem como fazer crescer dentro de si a convicção de sua salvação. É aí que entra a ética capitalista na doutrina religiosa, pois uma das, senão a grande maneira de fazer crescer a convicção da salvação é através do sucesso financeiro e profissional. O calvinismo, ao contrário de outras denominações cristãs, não enxergava o trabalho (trabalho para a subsistência) como uma punição ao homem por conta do pecado original, onde o mesmo teria de trabalhar para se sustentar, mas como uma dádiva de Deus e uma forma de honrá-lo. Portanto para Calvino, o fiel ao trabalhar, aliando-se a um estilo de vida regrado e modesto, acumularia riqueza e esse acúmulo não seria mais condenado, como o era por Roma, Constantinopla e afins, mas incentivado como forma de garantir sua salvação, e conforme a riqueza crescesse deveria ser reinvestida para a expansão dos negócios do fiel. Aquele que falhasse em prosperar financeiramente com o fruto de seu próprio trabalho, isto é, a imensa maioria das pessoas que se tornariam proletárias e viveriam na miséria nunca seriam vistas como a base explorada e vítimas de um sistema selvagem e predatório de exploração, pensado e feito para garantir o sucesso de uma minoria sobre a exploração da maioria e a incapacidade de ascensão social, mas sim como aqueles predestinados ao inferno, que não teriam trabalhado e se esforçado o suficiente para prosperar e que, caso tivessem alguma esperança de salvação, deveriam se sujeitar a exploração e ao trabalho maçante para minar seu

fracasso existencial, pensamento esse muito enraizado no discurso “empreendedor” da atualidade onde os pobres são condenados como “vagabundos” que não se esforçam, enquanto aqueles que “prosperaram” seriam os escolhidos e abençoados. Na prática, o esquema de salvação calvinista era uma espécie de “plano de negócios para o desenvolvimento do capital” e para a exploração de proletariados, indo no cerne da ideologia capitalista e fornecendo base teológica para a promoção do capitalismo por toda a sociedade europeia e suas colônias/zonas de influência, tendo uma imensa contribuição para a instauração do capitalismo como modo de produção dominante na atualidade.

Como mostrado anteriormente, o protestantismo de vertente calvinista acabou por ser um dos grandes propagadores da ideologia capitalista e de sua ética do trabalho, atribuindo ao mesmo um espírito como diria Weber, porém o tema desta monografia é a relação entre catolicismo e comunismo. Vejamos onde eles entram nisso. Para Weber, enquanto o protestantismo tem sua afinidade eletiva com o capitalismo o catolicismo, romano tem sua afinidade eletiva com o anticapitalismo. Weber (2020) remonta às origens do cristianismo apostólico, até seu tempo histórico, e percebe que em nenhum local onde o catolicismo se estabeleceu, sejam como dominante ou perseguido os mesmos demonstraram algum interesse pelo desenvolvimento econômico (Weber, 2020), com destaque aos locais e tempos em que os mesmos foram perseguidos, pois segundo Weber, povos e religiões perseguidas tendem a buscar na iniciativa própria um meio de prosperidade, sendo que o sociólogo alemão destaca o papel dos judeus como banqueiros e comerciantes na Europa (Weber, 2020). É percebido por Weber (2020) que os católicos parecem optar pela autoexclusão da atividade econômica avançada e da alta especialização em seu trabalho, o mesmo defende que o católico prefere a certeza ao incerto, onde seria preferível ter a certeza e segurança de um salário de sobrevivência ao incerto de se arriscar por ganhos maiores (Weber, 2020), enquanto o protestante seria o extremo oposto. Somado a isso viria à própria doutrina e teologia católica que condenava a riqueza, o lucro exacerbado e a prática da cobrança de juros, ou usura serviam como limitantes a prática capitalista católica. Na prática o catolicismo ortodoxo (no sentido literal da palavra e não em referência as igrejas bizantinas cismáticas), é um obstáculo para o desenvolvimento de um capitalismo avançado, algo que teve de ser superado e colocado de lado para acelerar o desenvolvimento do novo modo de

produção. O protestantismo calvinista é a completa inversão do catolicismo na questão referente ao capital e foi amplamente adotado e difundido entre a burguesia composta por industriais, comerciantes e banqueiros, sendo espalhado e implantado por todo o mundo mediante o colonialismo.

Diante da crescente expansão do protestantismo, a igreja precisou reagir para estancar a sangria de fiéis. Para isso foi convocado o Concílio de Trento (1545-1563) de modo a atualizar e reformar a igreja, nele o missal no Ocidente foi unificado como a missa latina tridentina, o comércio de indulgências foi abolido e foi criada a Companhia de Jesus, os jesuítas para combater as novas igrejas e seitas protestantes e catequizar as colônias dos impérios europeus, foram realizadas reformas administrativas e de conduta para “evitar a corrupção moral e financeira do clero”, além de outras atitudes menores. Findado o concílio a igreja estava revigorada para a atuação no novo mundo e para lidar com o questionamento de sua autoridade, contudo com isso veio uma visão mais leniente para com o capital e seu acúmulo, abrindo o caminho para a prática de um tipo de capitalismo avançado, tanto por indivíduos quanto pelos estados católicos, sendo na prática um abandono da posição histórica da mesma de condenação ao acúmulo desenfreado de capital, ao consumismo exacerbado e a prática de usura. Atualmente, a condenação da usura, do enriquecimento explícito, do consumismo e da exploração dos trabalhadores ainda, de jure, ou seja, é condenada pela sé romana, vide a encíclica *Rerum Novarum* publicada pelo Papa Leão XIII em 1891, que inaugura a Doutrina Social da Igreja (Oliveira, 2001), que aborda a questão do avanço do capitalismo, a exploração desenfreada dos trabalhadores e o surgimento do movimento marxista, Leão XIII condenou o capitalismo selvagem e clamou aos capitalistas para terem misericórdia para com seus funcionários “Misericórdia de classes”, ao mesmo tempo em que condenou a luta de classes e o marxismo, por conta de suas vertentes ateístas. Na prática, a encíclica não teve nenhum efeito de fato sobre a ação e a consciência dos burgueses que continuaram a prática exploratória e também serviu como um fator desmobilizante para os trabalhadores religiosos, que queriam lutar por melhores condições de vida, ficando à mercê da “dor na consciência” de seus patrões para ter melhores condições de trabalho e foram se afastando dos movimentos sindicais que realmente lutavam por seus direitos, criando animosidade com os marxistas e servindo

apenas para dividir os trabalhadores e por inflar o sentimento antireligioso nos marxistas seculares.

Em suma, Weber percebeu que o catolicismo não propiciava o desenvolvimento capitalista e que o mesmo precisava ser contido ou suprimido para o avanço do mesmo. Com a Reforma Protestante o papa de Roma deixou de ser a única autoridade religiosa no Ocidente e com a doutrina calvinista de predestinação e principalmente a forma de garantir a mesma permitiu não apenas a pavimentação para o avanço do capital, mas serviu de justificativa religiosa e moral para o mesmo facilitando e acelerando o desenvolvimento da acumulação de capital, pois seguindo a doutrina calvinista o homem conseguiria uma acumulação de capital, que pode ser considerada uma forma de acumulação primitiva de capital, conforme descrita por Marx, e, com isso poderia, caso fosse seguidor da doutrina calvinista, investir essas reservas para o desenvolvimento de seus negócios, servindo de aporte financeiro para a industrialização e difusão do comércio. Enquanto a Igreja Católica tentava combater o avanço do protestantismo, a mesma foi contaminada parcialmente por seus valores, focando nas questões teológicas e abandonando as práticas, deixando de condenar o capitalismo para tolerá-lo e até se utilizar do mesmo.

Felizmente ainda há pessoas lutando para que a igreja retorne as suas raízes, combatendo o consumismo, a exploração de trabalhadores e a destruição do meio ambiente. O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi convocado para renovar e modernizar a igreja, permitindo que novamente florescesse o combate ao capitalismo dentro da mesma, pois foi resgatada a contradição que o mesmo tem com a fé. Esses mesmos religiosos e leigos, em parte, perceberam a similaridade da fé com o objetivo final do comunismo, uma sociedade sem a propriedade dos meios de produção, sem classes, sem a exploração do homem pelo homem, igualitária e democrática. Essa se tornou a doutrina primária da teologia da libertação (TL), que combinando elementos da práxis marxista com a ação e fé católica, procurando ao máximo fazer na Terra uma representação, tentando fazer uma sociedade no mínimo do possível igual ao paraíso celestial. Esse tema será abordado no último segmento deste capítulo.

Mesmo no século XXI a igreja não se curou de todas as feridas e da corrupção que a assolaram durante o final da alta Idade Média e toda a baixa Idade Média, embora

tenha sido enormemente corrigida ao longo dos últimos séculos, principalmente pelo concílio de Trento e dos Concílios Vaticano I e II, tendo este último que abriu as portas para o surgimento da TL ao permitir a modernização da igreja sem que a mesma abandonasse seus dogmas. A TL surgiu na América Latina (América do Sul, Central e México) na segunda metade do século XX, iniciada pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez (1983) (1928-2024) e desenvolvida junto ao então frei, atualmente leigo brasileiro, Genézio Darci “Leonardo” Boff (1981) (1938). A TL não é uma subversão radical do cristianismo como dizem seus críticos, muitos impregnados pela teologia liberal e com interesses no combate à TL, e sim um retorno às verdadeiras raízes da fé católica de ajuda física e espiritual aos necessitados, da conversão espiritual e da cura das mazelas da sociedade. A TL defende um retorno ao cristianismo dos primeiros cristãos, aquele mesmo que foi elogiado por Rosa Luxemburgo anteriormente, só que agora com o verdadeiro poder de transformar a sociedade graças à colaboração e utilização dos ideais marxistas. A TL nas palavras de Michael Löwy (1938) em *A Guerra dos Deuses. Religião e Política na América Latina* definem a TL como “A teologia da libertação é o produto espiritual desse movimento social, mas, ao legitimá-lo, ao lhe fornecer uma doutrina religiosa coerente, ela contribui enormemente para sua expansão e fortalecimento” (LÖWY, 2000)

Gustavo Gutierrez, o fundador da TL enfatiza o caráter religioso da mesma em sua obra *Teologia da Libertação – Perspectivas* nas seguintes palavras:

A primeira tarefa da Igreja é celebrar, com alegria, a dádiva da ação redentora de Deus na humanidade, que se realizou através da morte e ressurreição de Cristo. É a Eucaristia, memorial e ação de graças. Memorial para Cristo que supõe uma aceitação sempre renovada do significado da vida: a dádiva total para os demais.

Demonstrado o caráter religioso da TL e comprovando sua legitimação a ortodoxia católica romana. Michael Löwy (2000) o sintetizou as principais formulações da TL, dentre elas se encontra a “opção preferencial pelos pobres” onde o mesmo define que “os mesmos são os agentes da própria libertação”, defendendo “o uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes”. Tudo isso, segundo Löwy, compõe o chamado cristianismo da libertação. Essa visão talvez surpreendesse Marx e Engels caso ambos estivessem vivos e servira de contraponto à visão dos mesmos de

que a fé num paraíso vindouro atrapalharia e engessaria a ação dos trabalhadores para a transformação do mundo.

Como dito anteriormente é óbvio que a TL possui influência do marxismo, mas não da maneira que seus críticos afirmam. Como dito por Löwy, a TL se utilizou da influência marxista para entender as causas da pobreza e fomentar a luta popular. Essa utilização do marxismo ocorre de forma semelhante ao modo como os chamados pais da igreja e grandes teólogos, como São Tomás de Aquino, se utilizaram da filosofia, da razão e do pensamento de autores gregos clássicos, aliás, mesmo que todos estes autores fossem todos pagãos, e mesmo alguns em seu tempo foram acusados de irreligião como Sócrates. Foram permitidos para os cristãos d'aquela tempo utilizar o pensamento de autores que cultuavam deuses estrangeiros, deuses estes vistos pelo cristianismo como anjos caídos e/ou demônios. Qual seria o problema de utilizar e adaptar o pensamento de autores agnósticos ou deístas para formular teologia? Dado este esclarecimento a TL busca através da prática da fé católica promover transformação social, de maneira que, sem abandonar sua fé e seus dogmas, a igreja atue para a “cura das mazelas do mundo”, males estes que atingem principalmente os mais pobres, sendo um instrumento de transformação social, tirando a teologia do pensamento acadêmico e levando-a para a realidade popular.

O cristianismo da libertação surgiu nas décadas de sessenta e setenta do século XX, no contexto dos golpes e ditaduras militares que varreram a América Latina, tendo sido implantadas mediante apoio dos EUA, ditaduras militares subordinadas para conter o avanço socialista sobre o dito “quintal” dos EUA. Foi nesse período de brutal repressão, pobreza e exploração dos povos latino-americanos que o cristianismo da libertação foi concebido como um meio de aliviar o sofrimento das massas diante da repressão estatal e do capital. Pregando um Deus justo, compassivo, contrário ao abuso de poder, a terrível exploração e sensível ao sofrimento de “seu povo”, interpretando o Evangelho de Jesus Cristo à luz dos seus primeiros fiéis, os oprimidos e marginalizados, buscando através da espiritualidade e da ação comunitária enfrentar as injustiças do mundo e buscar sua transformação. Ao contrário de seus críticos o cristianismo da libertação não defende que os homens devam buscar a sua salvação no plano terreno, abandonando o dogma de que somente Cristo é capaz de salvar, a mesma defende que a salvação da alma é feita somente por Jesus e energizada através de boas obras da mesma

maneira que a igreja defende há quase dois mil anos, a TL busca a transformação do terreno sim, mas não para substituir o celestial e sim para amenizar a vida da população pobre.

Através dessa busca por uma transformação do material para melhorar as vidas dos oprimidos e estando munida de uma espiritualidade coletiva que foram surgindo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), criadas não apenas para cobrir as exigências pastorais do concílio Vaticano II (1962-1965), mas para atender as populações desassistidas e transformar seu modo de vida para melhor, sendo geridas como assembleias e com maior participação dos leigos, em contraste com a estrutura monárquica da sé romana, são as células do cristianismo da libertação.

De maneira um tanto semelhante à organização econômica na antiga Iugoslávia sob Josip Broz Tito (1944-53) como primeiro ministro e (1953-80) como presidente, onde a economia planificada seguiu um caminho distinto da URSS ao adotar o modelo de cooperativas onde os trabalhadores geririam as empresas em que trabalhavam no cristianismo da libertação essa administração cooperativa, também chamada de autogestão foi adotada sob o nome de economia solidária, tendo bastante relação com a Igreja Católica (Souza, 2013). O cristianismo da libertação estabeleceu como inimigos da religião a idolatria, como foi chamada por Löwy (2000), sendo os novos ídolos, em clara referência aos ídolos de deuses cananeus adorados por povos rivais aos israelitas (não confundir com o estado intitulado de Israel contemporâneo), e conseqüentemente combatidos sobre as ordens de Deus. Esses novos ídolos seriam “a riqueza, os bens materiais, o mercado, a força militar, a segurança nacional e a civilização ocidental, supostamente cristã” como aponta Löwy. Ídolos esses que são encarnados na Teologia da Prosperidade (Mariano, 1999), de origem protestante, essa doutrina considerada herética até por parte dos protestantes, que defende que aqueles que estão em graça com Deus terão sucesso material e financeiro, tratando a fé como um produto e a religião como um mercado, onde os pobres, desafortunados e os fiéis que não enriquecessem seriam os únicos culpados por seu tormento e que arderiam no fogo do inferno, sendo uma versão extremada da doutrina calvinista de salvação, associando Deus ao sucesso financeiro e focado no prazer terreno. Pode-se dizer que o avanço dessa doutrina é autêntica fé cristã, que corre o risco de ser transformada num balcão de negócios, com

isso contribuindo para a infiltração ainda maior do capitalismo no subconsciente das pessoas.

O objetivo do presente trabalho é ressaltar a animosidade entre a fé e o materialismo como um grande mal-entendido, deturpação teórica, fabricadas, em certa, medida pela ordem do capital para assim dividir e conquistar seus inimigos. Um possível futuro Estado socialista tenderia a ser laico, nem confessional nem ateu, inclusive para a proteção da própria igreja, tanto que a porta de entrada para a corrupção que afetou a igreja na baixa Idade Média foi por conta da fusão da igreja com o estado (na época feudos e reinos) secular e a conseqüente transformação da mesma numa instituição política e de Estado.

Conclusão: a relação entre religiosidade, cristianismo, materialidade e comunismo

Com a escrita dos capítulos anteriores ficou claro que o socialismo é compatível com os valores do cristianismo, porém não todas as suas vertentes, assim como nem todas as vertentes do cristianismo o comportam. O Hoxhaísmo defende a obrigatoriedade de uma irreligiosidade militante e compulsória, sendo esta vertente do marxismo contrária à religião, enquanto outras vertentes, como o Titoísmo, o moderno Castrismo, o socialismo bolivariano, o Maoísmo e outras subdivisões do marxismo-leninismo, por defenderem um estado secular, porém compromissado com a tolerância e focado na revolução e nos anseios da classe trabalhadora, acabam por fazer o que todo o Estado deve, ou deveria fazer, ao lidar com a religiosidade da população: a completa nulidade de favorecimento e relegando a fé ou a falta dela exclusivamente ao âmbito privado de cada cidadão. Ou seja, deve ser um Estado laico. Já no âmbito do cristianismo, o apostólico praticou formas primitivas de comunismo no passado. Na atualidade, o catolicismo desenvolveu uma linha política de esquerda, influenciada pela teoria marxista, que é a Teologia da Libertação. Já os protestantes, principalmente os pentecostais, sobremaneira os neopentecostais (Mariano, 1999), são contrários ao marxismo-leninismo. A teologia calvinista penetrou em praticamente todas as denominações oriundas da Reforma Protestante como discutido anteriormente, tal doutrina foi o que não apenas permitiu como também fertilizou e difundiu o capitalismo pelo mundo, através de sua doutrina da predestinação, tendo agora chegado à inovação contemporânea da Teologia da Prosperidade, que se tornou uma das maiores defensoras do capitalismo liberal. Ainda que haja igrejas protestantes históricas compondo o universo chamado de cristianismo da libertação (Löwy, 2000), verifica-se que a maioria das denominações protestantes é opositora das linhas marxistas, sendo que a maior parte dos entraves é com a parte muito predominante do protestantismo, sobremaneira o pentecostal. Agora, será discutida a necessidade de os religiosos, notadamente o cristãos apostólicos, se aliarem aos movimentos e partidos socialistas, não apenas pelas similaridades listadas anteriormente e para a militância em busca da substituição do capitalismo pelo socialismo.

Praticamente toda a forma de pensar o mundo, seja religiosa ou não, passou por um tempo histórico onde foi perseguida e forçada a se esconder. O cristianismo sofreu perseguição durante os três séculos posteriores ao nascimento, morte e ressurreição de

Jesus Cristo, durante o Império Romano. Na atualidade, ainda é perseguido em locais específicos como a Arábia Saudita, ou apenas tolerado como no Estado de Israel. Os movimentos, partidos e intelectuais marxistas sofrem perseguição, de um modo ou de outro, em diferentes territórios. Pode-se dizer que uma espécie de ferramenta ideológica do capitalismo no meio religioso cristão é a Teologia da Prosperidade. Já a chamada Teologia do Domínio, também criada nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XX, defende que os “cristãos”, leia-se os protestantes, notadamente os pentecostais, devem transformar a sociedade de modo a refletir os valores do cristianismo e preparar o mundo para o retorno de Jesus Cristo a Terra (Pereira, 2023). A sociedade bastante marcada por tais vertentes teológica e seria um campo fértil para o individualismo desenfreado, a intolerância, a perseguição política e religiosa.

Ainda tratando da chamada Teologia do Domínio, há uma ideia difundida de que quando o número de fies for grande o suficiente os “crentes” deveriam se lançar na política partidária política e tomar o controle do Estado (North, 1982). Para North, a teocracia decorrente deste processo seguiria uma economia “cristã”. Contudo como um membro da chamada Escola Austríaca de Economia, este autor defendia que tal Estado deveria ser ultraliberal, também conhecido como neoliberal. A teoria de North é seguida, na prática, por evangélicos parlamentares e ativistas de extrema direita no Brasil.

Na atualidade, as maiores vítimas de perseguição religiosa no Brasil são as religiões de matriz africana, por serem religiões historicamente perseguidas, tornam ainda e suprimidas mais vulneráveis no contexto atual. Porém, ocorre em um número irrisório comparado as religiões de matiz africanas, a intolerância com católicos. Enquanto as religiões de matiz africanas sofrem de preconceito por membros de todas as outras religiões, principalmente cristão e em menor grau espíritas a intolerância para com os católicos é praticada por protestantes em específico, embora os mesmos não estejam livres de sofrer com preconceito alheio.

Quanto aos movimentos e partidos socialistas, estes são marginalizados e perseguidos em muitas sociedades em que o capitalismo é reinante, sendo vistos como inimigos mortais pelos pastores e lideranças evangélicas, principalmente pelas comprometidas com o projeto de poder ultraliberal. São muitas vezes demonizados por

essas lideranças, principalmente as que fazem parte da política institucionalizada. Pelo fato de o projeto de poder ligado à Teologia do Domínio ser fortemente pautado pelo ultra capitalismo afinado com a Teologia da Prosperidade, tal conjunto se torna um inimigo declarado do projeto de transformação política, econômica e social dos marxistas.

Neste último parágrafo é elucidada a conclusão desta monografia. O cristianismo apostólico, em especial o catolicismo romano, não é antagônico à maioria das vertentes do marxismo-leninismo, salvo a exceção do hoxhaísmo, e sim compatível, por conta de suas afinidades eletivas, sua similaridade doutrinária e experiências históricas. Por sua vez o marxismo-leninismo, pelos mesmos motivos apresentados anteriormente, é incompatível com o protestantismo de doutrina calvinista, este sendo congruente com o capitalismo. Embora haja também segmentos católicos ultraconservadores e afinados com a ideologia liberal do mercado, observa-se que ambas as tradições (católico e socialista) têm afinidades no anseio de transformação social.

Referências bibliográficas:

- BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder: ensaios de ecclesiologia militante*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: perspectivas*. São Paulo: Loyola, 1983.
- LENIN, Vladimir. O socialismo e a religião. *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa, 1984. V. 1. p. 291-295.
- LÖWY, Michael. *Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- LUXEMBURGO, Rosa. *O socialismo e as igrejas: o comunismo dos primeiros cristãos*. São Paulo, ISKRA, 2015.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1999.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre a religião*, Boitempo, 3ª Edição, 2013. MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. São Paulo, Penguin Companhia, 2012.
- NORTH, Gary. *The Intellectual Schizophrenia of the New Christian Right*. In: James B Jordan. *The Failure of the American Baptist Culture. Christianity and Civilization*. Nº 1, Spring 1982. Geneva Divinity School, p. 40. Tradução de José Luiz Rangel.
- OLIVEIRA, Valter de. *Evolução da doutrina social da igreja: histórico do pensamento dos papas e dos bispos do Brasil de Leão XIII a Pio XII em relação à questão social, ao capitalismo e ao socialismo*. Dissertação de mestrado em história. São Paulo, USP, 2001.
- PEREIRA, Eliseu. Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação evangélico-política do bolsonarismo. *Projeto História São Paulo*. V. 76, 2023, p. 147-173.
- SOUZA, André Ricardo de. *O cristianismo brasileiro contemporâneo: Aspectos econômicos, assistenciais, políticos e ecumênicos*. São Carlos, EDUFSCar e FAPESP, 2024.
- SOUZA, André Ricardo de. *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. São Carlos, EDUFSCar e FAPESP, 2013.
- SOUZA, Luiz Francisco F. de. *Socialismo: uma utopia cristã*. São Paulo, Casa Amarela, 2003.
- SWEDBERG, Richard. *Max Weber e a idéia de sociologia econômica*. Editora UFRJ/Beca Produções Culturais, 2005.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Petrópolis, Editora Vozes, 2020.